



“PERSEVERANÇA, SERENIDADE E PROGRESSO”: NOVA IGUAÇU NAS PÁGINAS DO JORNAL CORREIO DA LAVOURA (1920-1950)

MARIA LÚCIA BEZERRA DA SILVA ALEXANDRE*

O jornalista do interior somente mantém o seu jornal se possuir a virtude da persistência [...] Persistência na honestidade, não vendendo o seu jornal aos carreiristas profissionais da politicagem. Persistência na justiça, alcançando a voz nas escabrosidades perturbadoras do progresso municipal. Persistência no bem, agasalhando no jornal tôdas as campanhas de assistência social! Persistência na prática da liberdade, abrindo as colunas do jornal para tôdas as correntes de pensamento, sem o malfadado sectarismo contundente [...] Persistência na observação minuciosa e total dos problemas mínimos e das magnas questões municipais [grifo meu] (CORREIO DA LAVOURA, 1954: ed.1.933 p.1).

INTRODUÇÃO

Escrito por Newton Gonçalves de Barros¹ o fragmento está localizado na coluna “História e Educação” de 04 de abril de 1954. Dentre inúmeras matérias, o artigo encontra-se na edição de nº 1.933 do hebdomadário *Correio da Lavoura*. Fundado por Silvino Azeredo em 22 de março de 1917, o semanário foi o principal veículo de comunicação do município de Nova Iguaçu. Em quase cem anos de existência, a trama familiar de seus fundadores se confunde com a história da cidade, assim como a atuação de seus colaboradores durante a primeira metade do século XX.

No primeiro momento contextualizo a origem do jornal, sua analogia com o ruralismo na década de 1930 e os impactos deste movimento republicano na constituição da memória municipal. Posteriormente analiso as permanências e discontinuidades do discurso ruralista durante a decadência da principal atividade econômica do município: a citricultura.

* Fundação Getúlio Vargas (FGV) – CPDOC/PPHPBC/2017, Doutoranda em História, CAPES/PROSUP.

¹ Professor e colunista do jornal *Correio da Lavoura*, Newton Gonçalves de Barros foi membro da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) e do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IGHNI). Trabalhou no colégio Leopoldo Machado, instituição de ensino privado fundada em Nova Iguaçu nos anos 1930.

Sob o ponto de vista da imprensa, este trabalho pretende extrair a perspectiva do *Correio da Lavoura* acerca das transformações socioeconômicas e políticas ocasionadas pelo fim da produção de laranjas. Matérias e colunas sobre a crise agroexportadora, industrialização, loteamentos e emancipações municipais revelam a reestruturação iguaçuano durante os anos 1940 e 1950. Parte destas mudanças nos permite compreender a resignificação do município dentro da região metropolitana, bem como o desenvolvimento da Baixada Fluminense em relação à cidade do Rio de Janeiro.

INDEPENDENTE E A SERVIÇO DA INSTRUÇÃO: O CASO DO *CORREIO DA LAVOURA*

O Correio da Lavoura, cioso de sua independência, -- cooperando para a grandeza do Município, para o bem-estar da Família Iguassuana, para a defesa da Terra Fluminense, vencendo mais uma série de obstáculos, superando sacrifícios, com os aplausos de quantos o acompanham, prosseguirá a sua trajetória, rasgando horizontes claros de esperanças!..” (CORREIO DA LAVOURA, 1957: ed.1, - 1).

Publicado nos anos 1950, este extrato reintera o compromisso firmado por Silvino Azeredo nos primeiros anos de sua folha. Desde sua criação em 1917, o semanário foi o periódico que perdurou mais tempo em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense. Entre os anos de 1917 e 1935, existiam 35 periódicos² em circulação na cidade, porém apenas ele permaneceu ativo. Atento aos princípios de seu jornal, seu fundador estabeleceu os objetivos do *Correio da Lavoura* desde a primeira edição:

[...] O Correio da Lavoura, iniciando sua publicação com o presente, número (em continuação d’ O Iguassú), vem dizer ao público de sua missão [...] jornal independente [...] cheio de boa vontade para o progresso intelectual, moral e material deste município de cujo alto interesse tornará “valente defensor.” Em suas colunas será consagrado o maior culto á honra, á verdade e a justiça, manifestavam-se com critério sobre todos os assumptos de interesse público. Será um jornal sério, próprio, para o interior, adequado aos pequenos povoados, que vivem em família; dedicando mais ao nobre e honrado lavrador – ente feliz e

² Amália Dias afirma que a folha deu prosseguimento ao jornal *O Iguassú* e destaca seu caráter “independente”, mesmo estando a serviço das disputas políticas locais. Ver: DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro, UFF, Tese de Doutorado, 2012. p. 27.

independente – qual a divisa deste jornal. É assim que queremos o jornalismo, é assim que o desejamos exercer, amparados pelos favores do povo de Nova Iguaçu que, estamos certos, nos fará a devida justiça, honrando-nos com sua valiosa simpatia. (Silvino Azeredo) (CORREIO DA LAVOURA, 1917, ed.1 - 1)

Em defesa da moralidade e da instrução, o jornal de estrutura simples e base familiar direcionou o papel do ensino no município. Juarez Bahia afirma que as características desta imprensa interiorana refletem as diferenças regionais:

No interior do país, jornais feitos á mão ainda circularão por muito tempo, compostos em caixa francesa e prensados ao impulso pedal ou braçal, como a testemunhar as profundas diferenças regionais que caracterizam a Federação. Distantes, em produção e em organização administrativa, das estruturas editoriais em funcionamento no Sudeste [...]. (BAHIA, 1990: 214)

Mesmo com disparidades e uso do jornalismo ainda tipicamente literário, o *CL* foi propagandista do ruralismo durante as décadas de 1920 e 1930, em Nova Iguaçu. Com o apoio da administração pública e dos citricultores iguaçuanos, Silvino Azeredo fez da campanha pró-campo o lema do *Correio da Lavoura*. Estudos sobre o jornal e a imprensa local ainda são escassos, contudo informações levantadas até aqui apontam que o semanário se manteve a serviço dos produtores rurais, durante toda a primeira metade do século XX.

Principal meio de comunicação, o jornal difundiu pedagogicamente matérias, secções e colunas sobre a relação entre o campo e o desenvolvimento urbano. Em letras garrafais, editores, colaboradores e anunciantes produziram sistematicamente conteúdo sobre as práticas e resultados obtidos por esse grupo a partir da laranja. No quinto aniversário do hebdomadário Alfredo Jardim, colunista do semanário, enaltece a atuação do capitão Silvino Azeredo. Destacou o trabalho do amigo e editor a frente da folha, assim como o serviço prestado ao município:

Surgindo na arena da publicidade num período crítico da vida nacional, de graves perturbações económicas, de grande retrahimento de confiança, esta folha, graças ao espírito de ordem, tino administrativo e operosidade de seu illustre proprietario e meu velho amigo Silvino de Azeredo, conseguiu com galhardia vencer já cinco annos de luctas. [...] << Queremos o progresso dentro da ordem e a liberdade dentro do direito >> [...] Sem incorrer em grave falta não podemos deixar de trazer agradecimentos sinceros aos amigos, assignantes annunciantes, e leitores avulsos, pelo conforto da sua sympathia e do seu aplauso aos que nesta casa procuram auxiliar um grande luctador, amigo leal [...] collaborando no seu bem inspirado programma jornalístico abordando questões transcendentis, discutindo assumptos

de interesse economico, defendendo a lavoura que é a principal fonte da nossa riqueza, sem descurar do comercio e da industria [...] (CORREIO DA LAVOURA, 1922: ed. 262 – 1)

As mãos negras que tornaram o *Correio da Lavoura* centralizador das publicações sobre toda a Baixada Fluminense no início do século chama atenção pelos 29 anos de distância entre o processo de abolição da escravidão no Brasil e sua fundação. Este fator/elemento confirma a possibilidade de mobilidade através da educação e justifica, em parte, o enaltecimento do acesso à instrução nas páginas deste periódico fluminense. A trajetória do fundador esclarece seu poder de barganha no sistema político e econômico local, assim como as razões para sua vanguarda na imprensa fluminense.

“Silvino Hypólito de Azeredo Coutinho nasceu em Cachimbau, Vila de Iguassú, em 17 de junho de 1859. Filho de Cândido de Almeida de Azeredo Coutinho e Tereza Joaquina Conceição Coutinho,” (CORREIO DA LAVOURA, 2007: ed s/n, 1) aos oito anos de idade se viu órfão, sob a tutela de Antonio Manoel de Castro Portugal. Dentre as diversas atividades exercidas, Silvino de Azeredo cursou até o terceiro ano de Medicina e Farmácia.

Lecionou como professor de Matemática no Liceu Literário Português e trabalhou na revisão do *Diário do Brazil*, fundado e dirigido pelo deputado Antônio Alves de Sousa Carvalho. Estudou na escola de engenharia politécnica em 1887, posteriormente Silvino Azeredo atuou no ramo da hotelaria e de secos e molhados no município de Paty dos Alferes. Em 1904 retornou ao Rio de Janeiro como funcionário da Alfândega e estabeleceu residência, em 1908, em Maxambomba, distrito da cidade de Nova Iguassú.

Apontado como relator da comissão de revisão dos estatutos da Caixa Auxiliadora dos Empregados das Capatazias em 1913, chegou ao cargo de presidente em 22 de abril de 1914. Após deixar o cargo público, fundou o jornal *Correio da Lavoura*. Atento a promoção do ensino em Nova Iguaçu, Silvino Azeredo fundou uma escola noturna e tornou-se uma das lideranças no movimento pelo campo, saúde e instrução na região. Atrelado ao ruralismo, sua linha editorial defendeu o rompimento com a lavoura obsoleta e a plena modernização da agricultura nacional na Primeira República.

Sonia Regina de Mendonça considera que os investimentos realizados pelos poderes executivos estaduais foram, entre outros, a diversificação da agricultura, sendo Nilo Peçanha uma das lideranças em destaque. Ao assumir a presidência do estado do Rio de Janeiro entre 1903-1906 adotou uma política de diversificação agrícola. O discurso do periódico iguaçuano reiterou que o atraso seria responsável pelo retrocesso regional e por sua vez do país. Portanto, era necessário agregar investimentos políticos e econômicos que atendessem a demanda posta pela classe agrária.

Neste sentido, as lideranças fluminenses comungaram do ruralismo difundindo pelos grupos agrários de todo o Brasil, conceito que por uma reunião de aspectos como o pós-abolição, rearranjo do comércio internacional e das forças hegemônicas, acabou reordenando a política dos grupos dominantes agrários. “[E] especificamente definido ao longo da Primeira República [...] como um movimento integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura (MENDONÇA, 1997:13)

O *Correio da Lavoura* propagou o movimento ruralista em suas páginas e contribuiu enquanto parte da sociedade civil, para ingerências sanitárias na Baixada Fluminense especialmente no território iguaçuano. A Liga de Pró Saneamento Federal agiu no município como “ferramenta de intervenção, para a recuperação de regiões insalubres, pretendendo torná-las habitáveis e produtivas economicamente, além de gerar melhorias nas condições de saúde das populações” (DIAS, Op cit: 45). Imprensa e administração local difundiram a política econômica determinada por Amaral Peixoto durante sua interventoria. Restaurar as finanças estaduais sob a luz da modernização do campo viabilizou que Nova Iguaçu estruturasse a produção agrícola a partir da agricultura.

A terra fértil, dá ao homem o fruto de seu labor, mas, infectada, tira-lhe a saúde. [...] O Estado, que deve existir como fonte de coordenação de forças, de amparo e assistência a saúde e á vida, organizando o trabalho, criando a riqueza, facilitando pelas liberdades individuaes a liberdade economica [...] Essa ausencia de directrizes e gestos firmes, objectivando e solução de questões urgentes, deixa perceber que os dirigentes muito se têm preocupado com o theorismo quando deveriam olhal-as de frente, praticamente, com segurança. (CORREIO DA LAVOURA, 1935: ed. 943 – 1)

Os interesses da elite ruralista – produtores e exportadores – foram consolidados a partir da citricultura, uma vez que a fruta tornou-se o motor da prosperidade local. A centralização do distrito sede se deu por exigências agrícolas como saneamento, aproveitamento de terras, estradas de ferros e incentivos governamentais. A produção da laranja estruturou o cerne urbano no início do século XX e configurou por completo o espaço sede do município. Comércio, escolas, hospitais e espaços de lazer, além do aparelho administrativo, concentraram-se no centro do distrito-sede. A centralidade do município se deu pela ferrovia dada à transferência do centro para a estação de Maxambomba³.

O prefeito da época, Arruda Negreiros, organizou eventos comemorativos para o centenário do município em 1933 que narram a história iguaçuana sob o ponto de vista agrário. A construção de obras, a inauguração de vias, monumentos históricos e a publicação de obras “memorialísticas” evidenciam a analogia entre vocação agrícola e modernização. Esse projeto memorialístico tornou-se referência para muitos dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre a região.

Vislumbrar o “futuro promissor” a partir da citricultura e seus grupos operantes reinteram a preocupação em monumentalizar as práticas destes sujeitos e instituições correlacionadas. Portanto, a comemoração do centenário produziu uma determinada narrativa sobre “Nova” Iguaçu. O livro *a Memória da Fundação de Iguassú. Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Vila em 15 de janeiro de 1833* de José Matoso confirma como essa geração de dirigentes locais e proprietários conduziram o modo de fazer a história do município.

Esta leitura tornou-se referência para outros pesquisadores que prosseguiram; no entanto, contrastando a relação entre campo e cidade. O campo foi configurado enquanto espaço “ingênuo” e “puro” e o posterior a isto, como lugar de crescimento desordenado, industrializado e com altos índices de violência. O mito foi estabelecido durante o auge da

³ A mudança do centro administrativo do município, da antiga Vila de Iguassú, para as margens da ferrovia, no povoado de Maxambomba, foi oficializado em 1891. Com o novo centro administrativo, Maxambomba tornou-se em 1916, Nova Iguassú. Posteriormente, na década de 1920 a escrita é modificada para Nova Iguaçu. Cf: DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras* [...]

citricultura e serviu para promoção do grupo ruralista. Nova Iguaçu estabeleceu o urbano a partir do “mundo” rural, ou seja, ambos se complementaram ao invés de se oporem.

O governo federal, juntamente com a interventoria estadual e forças locais promoveram a elaboração do distrito-sede a partir de ações físicas e simbólicas. A cidade tornou-se marco de modernidade pela consolidação máxima da política de beneficiamento da laranja. A presença de Getúlio Vargas e do interventor Amaral Peixoto, em Nova Iguaçu, demonstra o sucesso da aliança estabelecida pela política ruralista.

A CRISE DOS ANOS 1930 E A RECONFIGURAÇÃO MUNICIPAL

No final dos anos 1930, o município passou por importantes rearranjos socioeconômicos e políticos. A “crise” na comercialização da laranja teria sido um dos principais fatores, mas não o único, por isso é preciso ter em vista que a imprensa alardeou sobre “crise” da citricultura com o objetivo de manter as benesses políticas obtidas pelos representantes do ruralismo em Nova Iguaçu. Incessantemente, o *Correio da Lavoura* produziu matérias enaltecendo a necessidade de amparo ao homem do campo e incentivo a produção citricultora em declínio:

Aqui em Nova Iguaçu é assim, tanto com os agricultores como com citricultores, que se dedicam a uma cultura de grande importância para nós, visto que constitui ainda a maior fonte de riqueza do Município. Se contarem todos – agricultores, citricultores, criadores e industriais – com a boa vontade, o estímulo e o amparo do Governo, realmente interessado, pelos seus atos que eles aumentem a produção em todos os setores de suas atividades, por certo tudo farão para atender ao apelo que ora lhes é dirigido oficialmente, pois estarão não só melhorando o seu padrão de vida, mas ainda concorrendo de maneira apreciável para a prosperidade da terra em que vivem. (CORREIO DA LAVOURA, 1946: 1.538 -1)

Pressupõe-se que o discurso em torno do enfraquecimento da produção agricultura tornou-se uma estratégia recorrente desse grupo. Sua argumentação mascarava um processo complexo de repartilha e reusos do território da Baixada Fluminense. A preocupação estava

não somente na descaracterização física da cidade, mas na ameaça à narrativa histórica e hegemônica criada por essa classe dominante por décadas. Nos anos seguintes, o semanário prossegue reinterando a necessidade amparar “as classes produtoras importantes deste Município”:

E estamos certos de que havendo entendimento e boa vontade entre essas autoridades e a as pessoas diretamente interessadas na solução do problema, tudo se resolverá de modo fácil, porque não se trata, é evidente, de um bicho de sete cabeças. O que é preciso evitar, sem demora, é que a situação se agrave, crescendo dia a dia a animosidade entre duas classes importantes de produtores neste Município, embaraçando suas atividades e, por conseguinte, a marcha do seu progresso. (CORREIO DA LAVOURA, 1947: 1.576 – 1)

O fragmento reforça que a crise não se deu maneira instantânea, ela foi convertida em novas formas de gerar receita e agregar arranjos políticos para o desenvolvimento do município. As subvenções do Estado estiveram voltadas para proprietários detentores de capital econômico e político local. Os lavradores não foram contemplados, pois o homem do campo retratado nas matérias encontra-se ocupando postos em associações, cargos públicos e comercialização de terras sob a forma de loteamentos.

Com o fim da citricultura a reconfiguração da cidade se deu pelo capital imobiliário e posteriormente pela expansão do setor industrial e de comércio e serviços. Essa transição não transcorreu imediatamente e pela completa eliminação dos elementos rurais. Estes produtores passaram a incorporar estes espaços agrícolas ao meio urbano sob a forma de loteamentos, retalhando assim boa parte das propriedades existentes por conta própria ou por imobiliárias locais durante os anos 1940 e 1950. Anúncios⁴ comercializando lotes para fins comerciais e residenciais preenchem as páginas do *Correio da Lavoura*:

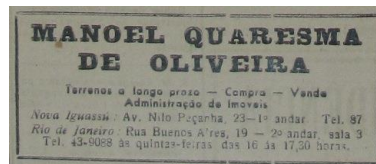


⁴ Anúncio - 1
Anúncio - 3: C



Anúncio - 2

879 - 5; Anúncio 2: Correio da Lavoura, 1951: ed. 1773 - 5;
- 3;



Anúncio - 3

Anúncio - 1

Em *Da laranja ao Lote*, Sonali Souza discute como o fim da citricultura expandiu a malha urbana iguaçuana. De acordo com a autora, os loteamentos se concretizaram com a desvalorização da laranja e a ocupação por residências e indústrias.

O parcelamento do solo e o arrendamento de chácaras trouxeram condições propícias à produção de loteamentos, mas estes ensejaram as discontinuidades de uma relação inovadora na qual a terra passou a ser pensada sem as mediações do trabalho agrícola, como uma mercadoria claramente disputada segundo princípios de um período próprio. [...] Foi através dos loteamentos que áreas de antiga utilização rural foram sendo incorporadas à expansão urbana metropolitana, e que se constituiu um espaço destinado à habitação popular, devido ao custo relativamente baixo das prestações dos lotes, possibilitando, assim, o acesso à casa própria para trabalhadores. (SOUZA, 1992: 87-88)

Neste sentido, os *loteadores* “tomaram” o lugar social antes ocupado pelos *chacreiros*. Os loteadores vão despontar um novo mercado em Nova Iguaçu: o imobiliário. A eletrificação da linha férrea, ampliação do número linhas de ônibus e aumento da população forneceram as condições apropriadas para consolidação desta nova realidade. O contingente de trabalhadores e domicílios também cresceu, assim como o aparelhamento urbano. Contudo, a fatia da população rural em 1956 ainda era considerável, isto supõe a forte atividade de trabalhadores rurais e a presença das pequenas propriedades. O retalhamento se espalhará para além da Via Dutra e ao longo da linha férrea.

Ela se dará de forma desordenada por pessoas das classes mais pobres e sem políticas habitacionais. A inauguração de vias acelerou o processo de integração da Baixada Fluminense com a cidade do Rio de Janeiro, pois o transporte coletivo se estabeleceu como alternativa ao trem. A transição rural/urbano estava sendo definitivamente concretizada no país e também na região metropolitana do Rio de Janeiro. Aspectos como os baixos valores dos lotes, a abertura de rodovias, a disponibilidade de recursos hídricos, a abundância de mão-

obra e incentivos fiscais favoreceram a incorporação de novas áreas para instalação de indústrias. De acordo com o IBGE, em 1956 o município de Nova Iguaçu contava com:

285 estabelecimentos industriais e faturamento de 1 bilhão de cruzeiros. 1 empresas de ônibus [sendo] 10 interdistritais, 12 intermunicipais. [...] 6.225 ligações elétricas domiciliares e 5.696 domicílios com água [...] 60 ruas calçadas a paralelepípedos e 2 de asfalto [e] 30% apenas da área urbana asfaltada [Presença do] Hospital Iguaçu [e] 8 postos e dispensários. (IBGE, 1959: 353-354)

Em 27 de fevereiro de 1955 a matéria “Desenvolvimento industrial de Nova Iguaçu” evidencia a transformação socioeconômica em curso no município. Sob a influência da capital federal, a cidade registrava mais de 58 mil habitantes entre as décadas de 1940 e 1950. A expansão da malha urbana e o fluxo de novos moradores. O jornal constatou que a maior parte destes habitantes é fruto do setor industrial:

êsse mesmo afluxo de novos moradores, ao fazer ampliar-se a área residencial de Nova Iguassú, responde também pela transformação que se está operando na base econômica do Município, que conta [com] 10% [da] mão-de-obra industrial. O aparecimento aqui de um desenvolvido mercado de trabalho está atraindo um número crescente de importantes estabelecimentos fabris. No passado, o Município de Nova Iguassú era conhecido por sua abundante cultura citrícola [...] ainda recentemente [...] Nos últimos anos, segundo dados reunidos na monografia que acaba de ser publicada pelo Conselho Nacional de Estatística, o desenvolvimento industrial de Nova Iguassú se processa em ritmo rápido, como atesta a multiplicação de seus estabelecimentos fabris que, de 121 no de 1949, se elevam atualmente. (CORREIO DA LAVOURA, 1957: ed. 1.980 – 1)

A presença de indústrias na região evidenciam a implementação do nacional desenvolvimentismo promulgado pelo governo de Juscelino Kubitschek. A localização geográfica do município, proximidade da malha rodoviária e ferroviária e acesso barato a terra, consolidaram os anseios dos industriais e do Estado. As indústrias ocuparam velozmente os lotes as margens da rodovia Presidente Dutra. O plano de metas e a abertura ao capital estrangeiro movimentou a chegada de novas empresas na região. Companhia de Canetas Compactor (1954) e Bayer do Brasil e Indústrias Químicas S/A (1958) são algumas destas corporações estrangeiras instaladas em Nova Iguaçu na década de 1950.

Durante a primeira metade do século XX o Estado ainda sustentou os interesses agrários, mas os anos 1950 a opção pela industrialização foi clara. A minimização das verbas repassadas para os estados não deixavam dúvidas da nova tendência desenvolvimentista do período. Isso ficou ainda mais evidente após a redemocratização do país em 1946. “A democracia recém-instalada e a crescente industrialização e a urbanização transformaram as massas cidadinas em setor social fundamental [...] O Estado era compelido a atender a algumas demandas populares e [...] os interesses ruralistas foram desprezados.” (EVANGELISTA, 1998:192)

O fim da citricultura reconfigurou o campo político e administrativo iguaçuano, acirrando fissuras entre a sede e seus distritos. A conjuntura fortaleceu as disputas pelos postos nas câmaras e consolidação partidária sob o novo eleitorado. As ações promovidas pela administração Amaralista foram uma tentativa de fortalecer os grupos locais, especialmente do interior do estado e da Baixada Fluminense.

Durante a segunda gestão de Amaral Peixoto (1950-1954), as ações em torno do campo se mantiveram ao lado da elite ruralista e ríspida junto a atores como pequenos proprietários e lavradores. A política amaralista elaborou distintas ações em defesa da classe rural, mesmo o cinturão verde não sendo mais viável para economia do estado. A construção de escolas rurais e a defesa de uma “cultura” histórica vinculada a terra representam algumas destas medidas.

Acomodar os interesses ruralistas e a expansão do setor industrial evidenciou as disputas socioeconômicas e ideológicas. Portanto, o crescimento populacional, a industrialização, o processo de interiorização do campo e a democratização pós-1946 provocaram mudanças intensas no município. O grupo vinculado à citricultura se viu imerso em reposicionamentos e incertezas políticas. Essa conjectura fez com que os grupos buscassem prerrogativas e investimentos que acomodassem as novas relações. Vânia Moreira Losada afirma que a redemocratização desestabilizou o poder oligárquico embasado no voto rural. O populismo avançava pela crescente urbanização e industrialização:

Dentre os partidos políticos que surgiram com o fim do Estado Novo, o Partido Trabalhista Brasileiro foi o que mais cresceu em comparação aos demais. A

legenda identificava-se com as demandas populares e juntamente com os outros partidos de esquerda começou a lançar suas bases políticas nas regiões rurícolas. A estabilidade política rural baseava-se no domínio do PSD e da UDN. Ambos os partidos representavam, no interior, a oligarquia rural. Tal estabilidade, entretanto, via-se crescentemente ameaçada pelo populismo e especialmente pelo crescimento do trabalhismo no campo, que pregava, entre outras medidas, a reforma agrária e a extensão da legislação trabalhista no campo. A democracia colocava em risco os interesses do setor agrário e, por isso, a mudança da capital tornou-se sinônimo da salvação política do interior. Os ruralistas não pouparam esforços, ademais, para garantir que Brasília fosse, de fato, a “mansão” tranquila para elite governante exercer o poder. (MOREIRA, 1998:139)

As emancipações dos distritos pertencentes à Nova Iguaçu evidenciaram o rearranjo político e a manutenção de benesses.

os distritos de Caxias, São João de Meriti, Xerém e Estrela se emanciparam compondo o Município de Duque de Caxias. O novo município passou a ser composto por três Distritos: Duque de Caxias, S. João de Meriti e Imbariê. Em 1947, São João de Meriti se emancipou de Duque de Caxias e em 1954, o Distrito de Imbariê deu origem a outros dois distritos, o de Xerém e o de Campos Elíseos. (SOUZA, 2003:37)

De acordo com a autora o processo de emancipação de Duque de Caxias esteve relacionado à composição da União Popular Caxiense (UPC) e a reorganização espacial realizada pela interventoria de Amaral Peixoto no Estado Novo. Em 1937 a UPC foi fundada e em 1940 o manifesto pró-emancipação foi entregue ao interventor Amaral Peixoto. O projeto estadonovista fixou uma reforma territorial na qual a nova divisão administrativa e judiciária via cidade. As eleições de 1946 expressaram as tensões pela hegemonia política da região. A presença do grupo político de Duque de Caxias nas eleições 1946 destaca a presença de uma oposição a coligação a frente do distrito sede de Nova Iguaçu. A consolidação das representações de perfil comunista ou concepção progressista denota a influência destes grupos na votação municipal.

Os grupos dominantes locais que se alinharam ao bloco varguista e que, portanto, eram beneficiados em diferentes níveis pelo tráfico de influência, tornaram-se os representantes do poder central no local. Entretanto, os grupos fortemente ligados ainda à estrutura anterior, prisioneiros aos laços políticos com o antigo bloco de poder fluminense/paulista, transitaram entre a adesão ao getulismo e a oposição a ele. Ao nomear os interventores com poderes discricionários, inclusive para o enriquecimento rápido e inescrupuloso, o poder central abriu brecha para descontentamentos locais que não almejam alterar o status quo, mas sim,

assenhorear-se das fontes de recursos. Em Caxias, Tenório Cavalcanti se afirmou no bloco oposicionista e construiu o seu bloco de poder que aqui denominamos tenorismo. Logo, tenoristas e amaralistas/getulistas enfrentaram disputas violentas pelo domínio do poder político local. (IDEM, 2003:49)

Marlucia Santos constata que a redemocratização realocou as forças partidárias e interferiu diretamente sobre a hegemonia do grupo iguaçuano. O direcionamento de investimentos para a industrialização fortaleceu as demandas do grupo liderado por Tenório Cavalcanti em Duque de Caxias. Expandir a oferta de terras e serviços a crescente população migrante, “exigiu” a descentralização de Nova Iguaçu. Por isso, afirmo que os distritos de Nilópolis e São João de Meriti também usufruíram deste momento para se emanciparem em 1947. Não temos estudos sobre o desmembramento destes municípios, contudo o *Correio da Lavoura* explicitou o posicionamento do distrito-sede sobre o tema. O jornalista Luiz Azeredo⁵ discorre sobre a perda territorial e a “inércia” do distrito-sede diante das emancipações:

Nova Iguassú, como muitos outros no território fluminense, era e é ainda hoje um município grande, com possibilidades enormes para continuar sua marcha evolutiva, muito embora a política que se tem adotado na administração, aqui como alhures, sem visão perfeita dos problemas nem a necessária capacidade para resolvê-los, seja mais de abandono e desestímulo do que de assistência e incentivo às fontes produtoras, como de resto a tudo o mais. As construções se multiplicam, o comércio se expande, surgem as indústrias, a pecuária a lavoura, que trazem riqueza ao Município, mas tudo naturalmente, sem nenhum impulso dos órgãos dirigentes da coisa pública. Pelo contrário, é um organismo municipal que, se não fosse a sua extraordinária vitalidade, que o mantém de pé e o faz sobreviver a todos os embaraços, estaria dentro de pouco tempo aniquilado pelas energias constantes a que submetem. (CORREIO DA LAVOURA, 1947: ed.1582-1)

Os vínculos estabelecidos a partir das emancipações poderiam anular o papel histórico de Nova Iguaçu. A reestruturação da Baixada Fluminense rotulou o distrito-sede sob o título de “madrasta”. Luiz Azeredo prossegue:

Agora se organiza outro movimento para mutilar o Município de Nova Iguassú, baseando em resolução recente da Constituinte Fluminense, que está convicta, parece, que só duplicando os 52 municípios existentes nesta Federação, formando

⁵ Luiz Martins de Azeredo era filho de Avelina Martins de Azeredo com o capitão Silvino Hypólito de Azeredo, fundador do periódico iguaçuano *Correio da Lavoura* (fundado em 1917). Luiz Azeredo foi redator secretário, diretor-redator e, finalmente, diretor-secretário do respectivo jornal. Foi presidente da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) e ocupou a cadeira de número 5, cujo o patrono era seu pai.

comunas de 10 mil habitantes e renda anual de 200 mil cruzeiros, relativa a impostos municipais, é que estará concorrendo para o progresso do Estado do Rio. [...] A criação de um município, como declaram judiciosamente alguns deputados, é matéria que exige acurado estudo, não podendo ser resolvida senão em lei especial. Do contrário, vamos cometer injustiças, servir a manejos políticos inconfessáveis e não resolveremos os problemas do povo pela falta de revigoramento dos centros que podem produzir e fortalecer o Município economicamente. (Idem, 1947: 1)

Ele ainda noticia que o deputado Lucas Andrada de Figueira sancionou a emenda para criação do município de Nilópolis e a articulação do partido trabalhista:

O Sr. Lucas de Andrade Figueira é que aproveitando a excelente ocasião, apresentou uma emenda, mandando que o distrito, que atingir renda superior a 2 milhões de cruzeiros e população de 20 mil almas, seja elevado à categoria de vila. Visou o representante trabalhista, como se deduz, tornar realidade o sonho separatista de Nilópolis, que já tem 25.280 habitantes (estimativa feita em 1946) e rendeu no último exercício Cr\$ 2.309.922,50. (CORREIO DA LAVOURA, 1947: ed.1575 – 1)

Lideranças emancipatórias filiadas ao PTB e à UDN refletem o fortalecimento destas siglas. Este dado confirma o rearranjo do jogo político e a formação de novos núcleos de poder. Assim como Duque de Caxias, o caso nilopolitano evidenciou a ascensão de partidos e seus representantes nos municípios recém-criados. Por fim, o jornalista demonstra sua insatisfação pela perda de Nilópolis:

Nós sentimos o mesmo que a maioria dos nilopolitanos sentem no coração, porque se trata de um filho cheio de energia que se aparta abruptamente da família iguassuana. Mas fazemos votos para que não se deixem iludir pelos aventureiros, que só querem se aproveitar à sua custa, e chamem a si a responsabilidade da administração do Município de Nilópolis, visando o progresso, o bem estar e a felicidade de seus filhos laboriosos. (CORREIO DA LAVOURA, 1947: ed.1.578, 1-2)

Portanto, a reabertura política consolidou novos blocos de poder. As eleições permitiram que os grupos “separatistas” criassem novos municípios e se estabelecessem enquanto administração local permanente. A redemocratização comportou que novos e antigos atores liderassem a reestruturação política regional. O discurso lamentando a perda territorial demonstra a preocupação da sede com os rumos políticos da Baixada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira metade do século XX, o jornal *Correio da Lavoura* foi o principal veículo de comunicação do município de Nova Iguaçu. Fundado por Silvino Azeredo durante a Primeira República o semanário difundiu os ideais do movimento ruralista. Pela “lavoura, higiene e instrução” o periódico consolidou o projeto citricultor, em Nova Iguaçu, nas décadas de 1920 e 1930. Tendo a modernização do campo e valorização da técnica por princípios, a citricultura tornou-se a principal atividade econômica. A partir da laranja constituiu-se um grupo composto por citricultores, lideranças políticas e da administração municipal. Através da imprensa e de associações de caráter civil os membros desta elite agrária desenvolveram uma narrativa, no qual eles são os agentes propulsores da história. Desta forma, eles produziram uma literatura de caráter memorialístico sobre a fundação do município.

Destacaram a modernização do distrito-sede e sua relação com a produção citricultora, por isso cidade, laranja e progresso foram termos recorrentes nas páginas do *Correio da Lavoura*. O jornal tornou público ideias e ações para que campo e cidade fosse parte de uma mesma história de sucesso. Coube a imprensa contribuir para construção desta perspectiva que mais tarde findaria com o fim da citricultura. A reconfiguração socioeconômica e política dos anos 1940 e 1950 desafiou esta elite estruturada a partir da terra. O posicionamento dos patrícios iguaçuanos frente à “crise” ainda é inconclusivo, contudo é ponderável sua continuidade a partir da construção de saberes na literatura e na imprensa.

Novamente, colaboradores e jornalistas do semanário intervieram na produção da história local. Sob a luz de uma cidade em transformação, Luiz Azeredo e outros intelectuais retrataram no *Correio da Lavoura* as mudanças em curso com o objetivo de reinterar o papel deste grupo na história da região. Os loteamentos e o aumento do número de habitantes eram irreversíveis, assim como a composição de bairros proletários formados por mão de obra empregada na cidade do Rio de Janeiro ou nas empresas recém-instaladas na Baixada

Fluminense. A proximidade com a Capital Federal, o uso do trem e lotes a preços acessíveis tornou a especulação imobiliária um nicho lucrativo para citricultores decadentes.

A comercialização da terra esteve acompanhada de emancipações e disputas pelo eleitorado durante a redemocratização do país. PSD, UDN e PTB acirraram a política local após a separação dos distritos de Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti. A existência de novos municípios também estimulou a busca por novos investimentos e alianças políticas. Novamente, o *Correio da Lavoura* foi porta voz das mudanças em curso no município. Apurou a conjuntura e posicionou a insatisfação do grupo vinculado a citricultura. Consta-se a descontinuidade do campo como atividade econômica e a necessidade de novos arranjos, contudo é possível indicar a prosseguimento aos laços políticos e culturais necessários para se manter no jogo político e representativo da cidade.

FONTES:

Jornal Correio da Lavoura

IBGE – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, IBGE, Volume XXII, Rio de Janeiro: 1959.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*. História da Imprensa Brasileira. São Paulo: 1990.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro, UFF, Tese de Doutorado, 2012.

EVANGELISTA, Helio de Araújo. *A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins (1951-1961)* Vitória: EDUFES, 1998.

SOUZA, MarluCIA Santos de. *Memórias da Emancipação e Intervenção no Município de Duque de Caxias nos anos 1940 e 1950*. *Revista Pilares da História* – Ano II – nº03 – Dezembro de 2003.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, PPGAS. Dissertação de Mestrado, 1992.